

O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: INOVAÇÕES E AMBIGUIDADES

THE WORK IN THE CAPITALISTA SOCIETY: INNOVATIONS AND AMBIGUITIES

Maria Leidiane Sena¹
Teresa Cristina Moura Costa²

Resumo

Com as transformações ocorridas no mundo do trabalho, inúmeras mudanças provocaram a reconceitualização do termo; fazendo com que, inclusive, o trabalho assumisse diferentes significados, de acordo com o contexto histórico. Ao fazer um resgate acerca do conceito é possível identificar alguns autores que discutem tal questão e fazem uma apresentação de um corpo teórico específico que dá a esse tema maior relevância. Objetivou-se delinear diferentes concepções ao longo da história, considerando o trabalho como uma atividade humana intrínseca à evolução tecnológica, analisando suas transformações no contexto das revoluções e; conseqüentemente, na sociedade capitalista, através da venda da força de trabalho, da incorporação de novas tecnologias e ambigüidade das relações sociais.

Palavras-chave

Trabalho; Transformações; Tecnologia.

Abstract

With the transformations that took place in the world of work, numerous changes provoked the reconceptualization of the term; making the work assume different meanings, according to the historical context. In making a rescue about the concept it is possible to identify some authors who discuss this issue and make a presentation of a specific theoretical body that gives this theme greater relevance. The objective was to outline different conceptions throughout history, considering work as a human activity intrinsic to technological evolution, analyzing its transformations in the context of revolutions and; consequently, in capitalist society, through the sale of the labor force, the incorporation of new technologies and ambiguity of social relations.

Keywords

Work; Transformations; Technology.

¹ Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário Santo Agostinho (Piauí-Brasil). Pós-Graduada em Família e Políticas Pública pelo Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: leidianesena06@gmail.com

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí, mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: tcmcosta@hotmail.com

Introdução

A trajetória da construção do termo trabalho apresenta mudanças e inovações advindas dos contextos históricos. Em determinados, acompanhada de uma incerteza sobre o que é realmente o trabalho ou como este poderia se caracterizar.

Pode-se dizer que as inovações dentro da sociedade possibilitaram uma percepção ambígua e, por vezes, pessimista onde a instabilidade e as transformações demoraram a ser absorvidas por completo, resultando em movimentos sociais que buscaram compreender e reivindicar sua cidadania e incorporação àquilo que sempre foi caracterizante do trabalho: o domínio da força humana sobre os instrumentos que possibilitavam a execução de determinadas atividades.

Olhar atentamente sobre a necessidade de uma política social que incorporasse tais reivindicações permitiu compreender seu caráter dual e peculiar. Deste então, observou-se que os direitos foram incorporados paliativamente com o objetivo de conter a massa de trabalhadores insatisfeitos com suas atuais condições à época.

Contudo, atualmente essa realidade encontra-se em retrocesso, com a ofensiva neoliberal houve o enfraquecimento político da classe trabalhadora e redução de seus direitos e uma progressiva tendência à mercadologização das relações de trabalho e conseqüentemente desvinculação dos trabalhadores às regulamentações e garantias sociais.

Deste modo, esse trabalho utilizando como procedimentos metodológicos o estudo bibliográfico sobre o tema, procurou analisar os conceitos acerca do termo trabalho, em relação às transformações nos dias atuais. Para isso, descrevem-se as concepções teóricas do termo trabalho, as transformações no mercado de trabalho a partir do advento das inovações tecnológicas, e como afetam as relações sociais e a política social.

Trabalho: conceitos e trajetória

Conceituar trabalho é algo complexo. Ao longo do tempo, diversos significados foram atribuídos a esta categoria. Inicialmente associado a castigo, a tortura. A origem da palavra remete a isso (do latim *tripaliare*, torturar com *tripalium*, máquina de três pontas), religiosamente, passou a ser visto como positivo e dignificante.

Albornoz (2000) faz um apanhado histórico sobre trabalho e demonstra que há múltiplos significados para a palavra, desde a simples ideia de que há uma separação entre o esforço físico e o mental, apontando que o trabalho pode ser considerado um labor para o homem, embora haja distinção entre essas duas ideias.

O labor é algo que responde às necessidades naturais dos homens, tais como; beber, comer, vestir ou possuir um abrigo; assim, é caracterizado como algo cansativo, que não gera satisfação. No entanto, trabalho é caracterizado pelo que produz e reproduz, ou seja, é algo que modifica o homem e a matéria, dando resposta às suas necessidades, de acordo com o que o sujeito deseja (ALBORNOZ, 2000).

Dessa forma, entende-se que o labor foi transformador da sociedade. Se antes estava ligado à sobrevivência, nas sociedades industriais ele é produtor de valor, mistifica o trabalhador dentro da produção, transformando o mesmo em parte da máquina. A autora ressalta também o impacto nas relações familiares, a partir dessa perspectiva alienante.

Entretanto, Marx apresenta outra concepção, compreendendo que essa relação não pode ser analisada somente através de conceitos técnicos, visto que está presente no modo como a sociedade se organiza, na estrutura, e se torna até determinante para que a superestrutura se mantenha sem alterações. “O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para

produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas [...]” (MARX, 1985, p. 153).

Nessa perspectiva, o autor afirma que o trabalho é uma condição de existência do homem, e que requer interação com a natureza, interação que permite transformar, ao mesmo tempo em que o homem molda objetos, também é afetado na produção. Iamamoto (2004) endossará essa concepção ao reiterar que:

Assim, o processo de reprodução das relações sociais não é mera repetição ou reposição do instituído. É, também, criação de novas necessidades, de novas forças produtivas sociais do trabalho em cujo processo se aprofundam as desigualdades e criam-se novas relações sociais entre os homens na luta pelo poder e pela hegemonia entre diferentes classes e grupos na sociedade. Essa é uma noção aberta ao vir-a-ser histórico, à criação do novo, que captura o movimento e a tensão das relações sociais entre as classes e os sujeitos que a constituem, as formas mistificadas que as revestem, assim como as possibilidades de ruptura com a alienação por meio da ação criadora dos homens na construção histórica (IAMAMOTO, 2004, p. 10).

Dessa forma, percebe-se que o estabelecimento de novas relações sociais a partir das modificações no processo de trabalho criam tensões entre as classes, que se constituem através da reprodução de um modelo que tem como base fundante a exploração e a desigualdade, fortalecendo a fissura entre o que se cria e o que se produz.

Assim, Iamamoto (2004) afirma que o trabalho assume aspectos que devem ser analisados histórico-socialmente. À medida que o capitalismo se desenvolve, novas formas vão surgindo e mistificando essas relações, o homem construtor se torna parte da produção, não somente enquanto força que move a máquina, mas como objeto que constitui o processo; assim, ele se torna uma mercadoria que pertence ao capital.

Os homens vão construindo seus instrumentos como uma necessidade de sobrevivência, e que, ao fazê-lo, criam novas necessidades. Os objetos são transformados em meios para o alcance das finalidades. Segundo Guerra (2000, p. 21), “essas necessidades são sempre sociais e as finalidades são socialmente construídas”.

Nesse sentido, Reis (2006) sintetiza que o trabalho é tão antigo quanto o homem. Em todo período da pré-história o homem é conduzido, direta e amargamente, pela necessidade de satisfazer a fome e assegurar sua defesa pessoal. Ele caça, pesca e luta contra o meio físico, contra os animais e contra seus semelhantes, tendo como instrumento as suas próprias mãos.

De Masi (2010) conceitua o trabalho em diferentes sociedades e chega à conclusão de que, mesmo após anos de labor, continuasse a trabalhar do mesmo modo, com os mesmos instrumentos de dominação; porém, com novas facetas que mascaram o ciclo repetitivo. É uma abordagem riquíssima e filosófica que procura sintetizar, ora como benefício e, por outras vezes, como um dos grandes males da sociedade; ou seja, “o trabalho passou de castigo a privilégio” (DE MASI, 2010, p. 13).

Nesse contexto, Netto (2011) considera que o trabalho possui um lado humano social, e que o mesmo possui algo mais complexo, ontológico e subjetivo, necessário para a formação do sujeito social. Segundo o autor, é por meio do trabalho que o homem se transforma em ser social, tendo em vista que o mesmo não é uma matéria pronta e acabada.

Portanto, entende-se que o trabalho pode ser caracterizado por meio da relação homem e natureza, tornando-se um processo no qual o homem regula, media e controla seu metabolismo com a natureza, tornando-se o principal responsável por esse processo. Porém, não se pode deixar de lado a importância da natureza, devido a ela ser

transformada pelo próprio homem, e sendo dela a incumbência de oferecer a matéria que será transformada por ele.

Contudo, Faleiros (1995, p. 41) destaca que é pertinente considerar que no período de ascensão do capitalismo, no trabalho se “estabelecia um valor para o salário em contrapartida por meio de sua produção, gerando o acúmulo da mais valia e fazendo com que o homem se adequasse às constantes modificações que os ambientes fabris provocavam.” Dessa forma, compreende-se que o homem passa a vender, de forma intensa, sua força de trabalho em troca de um salário estabelecido, que se torna a única forma de suprir suas necessidades básicas.

Segundo Faleiros (1995), o sistema capitalista que se instaurava buscava e busca, cada vez mais, acumular poder e mais valia, de modo que procura sempre se remontar frente às novas formas de trabalho e ao trabalhador. O autor destaca a preocupação de Frederick Taylor em propor formas de organizar o trabalho, assim como Henry Ford apresentou um novo formato acerca do conceito de linha de montagem e maquinaria que aperfeiçoava o pensamento de Frederick Taylor; no fim, nada mais eram do que estratégias de gerenciar o trabalho em prol da produção e acumulação de riquezas em detrimento da força de trabalho daqueles que dependem dele para sobreviver.

Todavia, esses modelos de produção foram se tornando cada vez mais precarizados, exigindo do trabalhador grande resistência física, fazendo com que esse trabalhador suportasse longas jornadas de trabalho e atividades repetitivas. Os modelos do fordismo e do taylorismo formaram alianças com o fim único de acumular mais riquezas e, conseqüentemente, precarizar mais ainda a mão de obra do trabalhador (PERES, 2012).

Conforme aponta Peres (2012), esse modo de produção buscava do trabalhador

todo seu esforço e uma árdua rotina de trabalho, além de ser uma atividade repetitiva, acarretando uma considerável exaustão nos operários, além de deixá-los alienados na execução de uma única atividade, ou seja, a rotina de trabalho nunca se alterava.

Contudo, essa condição de trabalho começou a sofrer alterações. Com as novas necessidades, o capitalismo vai se reinventando, objetivando o acúmulo de mais valia, traçando novas estratégias em gerenciar a forma do trabalho, reinventando as percepções dadas aos trabalhadores dentro do contexto social. Desta forma, o capitalista, que é o comprador da força de trabalho, mantém o total domínio das funções de seus trabalhadores.

Na visão de Antunes (2007), as modificações na sociedade capitalista foram tão intensas que se sobrepuseram à vida dos trabalhadores, tendo em vista que essas relações modificaram o modo de ser, de agir e de se relacionarem. O autor ainda destaca que essas modificações alteraram o modo de ser do trabalhador, onde o mesmo vendia sua força de trabalho, e em contrapartida, o sistema passaria a nortear sua vida e seus princípios.

Nesse sentido, constata-se que as transformações ocorridas no passado modificaram o modo como se trabalha atualmente. A partir das Revoluções Industriais e do fortalecimento do capitalismo, partindo de concepções teóricas em que autores passaram a questionar o que é trabalho atualmente.

Transformações no mercado de trabalho

O mundo do trabalho é marcado por um intenso processo de desigualdades e exclusões, de modo que Marx (1998) já alertava sobre as implicações que a nova forma de se produzir causaria na sociedade como um todo, partindo da perspectiva do indivíduo, e de modo mais abrangente, estendendo-se à coletividade.

A divisão do trabalho, advinda com o modelo capitalista de produção, reduziu o homem a um simples instrumento, um escopo na fábrica, uma peça que poderia ser substituída quando apresentasse defeitos. A partir dessa percepção, tratar-se-á sobre as transformações causadas pelo capital no mundo do trabalho.

No início o operário vende a sua força de trabalho ao capital porque lhe faltam os meios materiais necessários para a produção de uma mercadoria; e agora sua força de trabalho individual recusa qualquer serviço a menos que seja vendida ao capital. Ela não funciona mais senão num conjunto que, após a sua venda, existe apenas na oficina do capitalista. (MARX, 1998, p. 77).

Entende-se, portanto, que esta nova forma de conceber o trabalho fez com que um novo padrão de sociedade emergisse; essa nova forma, por sua vez, se desenvolvia traçando estratégias que absorveriam mais e mais do homem, o qual vendia sua força de trabalho e; conseqüentemente, acumulava riquezas para uma pequena parte da sociedade, marcando assim a dialética entre capital e trabalho.

Este novo modelo de organização da sociedade em relação ao trabalho passou a ser analisado a partir de dois prismas que seriam a técnica e a tecnológica, a máquina, os meios produtivos e as formas de controlar e organizar a força de trabalho. Entende-se assim que as modificações tecnológicas formam bases técnicas da produção das necessidades e o crescimento do capital (MACHADO, 1993).

Desse modo, a nova forma de produção mudou significativamente a forma de vida dos trabalhadores, aqueles que tinham na sua própria terra produtos para suprir suas necessidades básicas, agora estavam inseridos em uma lógica gananciosa e desigual, na qual muitos eram excluídos e não conseguiam nem o mínimo para sua subsistência.

Novas tecnologias começaram a ser implantadas no modo de produção, a partir do advento da Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX na Europa. O surgimento da máquina e a substituição do trabalho humano pelo mecanizado impactou a forma como a sociedade se organizava. O valor da força de trabalho não era mais o mesmo, pois, com a máquina, diminuiu-se o tempo de serviço para produzir determinada mercadoria. O operário foi adequado à máquina, passou a executar funções específicas simples e que não demandavam tempo. Tornaram-se operários submissos e que conseguiam executar apenas uma função.

A industrialização trouxe conseqüências para a vida produtiva e social do operário, das quais Singer (2009) destaca o impacto no trabalho desenvolvido pelo homem ao manusear a máquina. Ele ressalta que durante todo o processo produtivo o papel de ativo do operário se torna essencialmente passivo, o valor do seu trabalho se torna, para o capitalista, apenas uma mercadoria; visto que com a chegada das máquinas, o que antes era produzido por vários operários, passou a ser produzido por apenas um indivíduo, desde que esse soubesse operar a máquina; entretanto, quando esse apresentava qualquer deficiência, poderia ser substituído por outro trabalhador. Em síntese, o homem foi aos poucos sendo substituído pelo maquinário.

As transformações históricas criaram condições para que o capitalismo se estabelecesse e fortalecesse. As especializações, a divisão sociotécnica do trabalho, o abismo entre classes são contradições imanentes ao modo de produção e reprodução das relações sociais no capitalismo.

Portanto, a tecnologia trouxe inúmeras inovações para a vida cotidiana estando presente em diversos espaços e sob várias formas. As transformações ocorridas devido ao advento da industrialização impulsionaram uma nova de se trabalhar, assim o avanço tecnológico é compreendido dentro do

desenvolvimento do trabalho social, ou seja, para entendermos o que é a técnica/tecnologia e como se concebe nos dias atuais, é necessária a compreensão dos processos históricos e sociais que caracterizam uma sociedade. (PINTO *apud* VELOSO, 2011).

Os processos tecnológicos sofreram inúmeras alterações ao longo dos anos. As ideias difundidas sobre a tecnologia trazem um rigor ideológico e simplista que compreendem a tecnologia como dominada pelo comando humano ou dominadora de ações e comportamentos. No entanto, para explicar essa relação dual, faz-se uso da dialética através de conceitos e ideias que desmistificam o simplismo dessa relação. Reforça-se que “é preciso ter a noção global do processo histórico” (VELOSO, 2011, p. 38). Um processo que vai muito além do manuseio de uma máquina, mas que compreende também a criação e inovação.

Atualmente, parte-se do princípio de que a relação entre o ser e a tecnologia se transformou em algo tão complexo que torna-se difícil distinguir comandos e comportamentos que não tenham sido afetados pelo uso, por menor que seja, de algum objeto ou ideia tecnológica. Desse modo, o viés libertador da tecnologia modificou-se. Há na sociedade uma ideia deturpada, ou até mesmo mal direcionada, sobre o uso que se faz das evoluções tecnológicas. Para redirecionar tal concepção é necessário situar a técnica nas condições sociais de produção em que são criadas e empregadas compreendo que “não é a técnica que move a história, mas a consciência dos indivíduos, que, utilizando-se da técnica, produz modificações historicamente visíveis” (VELOSO, 2011, p.39). A partir dessa percepção, compreende-se que a técnica é entendida como mediação entre o ser e o meio, sendo estes a natureza e a sociedade.

Há um estranhamento peculiar entre o ser que conduz, através da técnica, a máquina e, por vezes, pode ser um fator alienante

apenas conduzi-la sem pensar criticamente no que está sendo feito. No entanto, enfatiza-se que esse processo de mistificação é intencional e que intenta produzir indivíduos acrílicos de seu próprio ser enquanto pessoa e trabalhador que manuseia, produz e inova cotidianamente.

Política social, tecnologia e precarização

As transformações ocorridas no modo de produzir, no modo de ser e de se relacionar entre os indivíduos afetam o movimento social e político dos trabalhadores, um movimento que sempre sofreu repressões estatais para favorecer o capital. O Estado, aliado do capital, buscou barrar o movimento de integração entre os trabalhadores. O Estado, através de uma nova estratégia, continuou a ser o fiador da relação entre capitais seja como investidor direto em setores produtivos estratégicos, seja na área social, como provedor dos benefícios sociais e repressor das demandas políticas e sociais que não deveriam ser enquadradas (FLEURY, 1994).

O caráter contraditório das políticas sociais passou a ser abordado por diversos autores que buscaram ilustrar a relação ambígua entre Estado e Política Social. Alguns autores enfatizam que o Estado objetivando conter reivindicações da classe operária utiliza essas medidas para assim continuar com a reprodução do capital. Dessa forma, Behring (2006) afirma que a política social surge como uma necessidade, para atender as reivindicações de classe. Assim, a consolidação da política social deve-se a um crescimento político da classe trabalhadora e suas lutas pelo acesso aos direitos sociais.

Para Fleury (1994), o Estado utiliza a política social como instrumento de mercantilização, mediação de interesses contrários e contenção das reivindicações sociais, e ressalta a qualidade da inserção trabalhista ligada à caracterização de cidadania, “o que, por suposto, nega o

fundamento igualitário e a comutabilidade inerente a um mercado político-social, real” (1994, p. 234).

Desse modo, Pereira (2009) chama a atenção para o contexto politicamente adverso em que a política social é posta nas sociedades contemporâneas, em um cenário neoliberal em que direitos socialmente adquiridos são revogados sob pretexto de governabilidade.

Destarte, Netto (2012) ressalta que as transformações que ocorreram na sociedade redesenharam o perfil do capitalismo contemporâneo e são evidenciadas em um contexto neoliberal, ou seja, nesse cenário tem-se na relação capital-trabalho a exploração como essencial à sustentação do sistema capitalista. O caráter ideológico do neoliberalismo é assim agressivo aos pobres, aos trabalhadores e ao Estado de bem-estar social.

Nessa conjuntura, globalizada, criam-se novas interfaces entre política econômica e política social que tem no Estado o principal mediador, onde há uma descentralização das suas funções e uma ampliação das ações do mercado na sociedade.

A lógica competitiva que domina essa relação tem subordinado mais fortemente a política social à política econômica, seja transferindo a carga fiscal do capital para o trabalho, seja diminuindo gastos com programas universais e flexibilizando o trabalho. Em decorrência, tanto a política social como o Estado de Bem Estar tiveram de reestruturar seus objetivos e conteúdos básicos, bem como as suas formas de gestão. (PEREIRA, p. 194, 2009).

O Estado exime-se da responsabilidade com o social e a transfere ao capital. A autora enfatiza o desmonte e a precariedade que estrategicamente excluem o acesso a direitos sociais e tornam esse acesso seletivo. Essa lógica é regulada por prerrogativas que segmentam grupos sociais

fragilizados, tornando-se uma proteção social emergencial e falaciosa e que reflete no desmonte à figura do Estado e na percepção que a sociedade tem como regulador das atividades econômicas e sociais.

Souza (2016, p. 49) afirma que “é nessa reconfiguração do papel do Estado, na garantia da reprodução ampliada do capital, que as políticas sociais se tornam substanciais. Derivadas da ampliação da intervenção do Estado nas relações capital x trabalho via legislação social”. Assim, esse processo de reconfiguração da figura do Estado e em um cenário de inovação que é mediado pela globalização induz às novas formas de trabalho, em que há a precarização, flexibilização e indução ao mercado autônomo e reduzem as garantias de um vínculo empregatício ou privam os sujeitos do acesso aos direitos trabalhistas.

Assim, devem-se considerar as inovações no mercado de trabalho e o seu impacto na proteção social. A nova realidade em que os trabalhadores estão inseridos requer novas resoluções e formas de se pensar a política pública. Em um cenário efêmero em que a globalização não é novidade tem-se novas formas de trabalho baseadas em economia de compartilhamento em que tudo é veloz e afeta profundamente as relações sociais, culturais, políticas e econômicas. Dias e Matos (2012), analisam o processo de globalização como sustentado pelo comércio e investimentos em escala mundial e questionam dentro desse processo o papel do Estado-nação, para os autores um dos maiores desafios é identificar o papel a ser desenvolvido pelo Estado, já que dentro desse contexto o mesmo tem perdido algumas de suas prerrogativas.

Fomentou-se a competitividade entre indivíduos e empresas, nessa última, a redução de custos torna-se demasiadamente importante, reduz-se salários, corta-se direitos, aliada a ideia de necessidade de modernização das regulações trabalhistas, os

conceitos de flexibilização do mercado laboral é vendido como única forma de fomentar o acesso ao emprego, assim, reduziu-se os níveis de proteção. Essa proteção tornou-se fragmentada, enfraqueceu a organização sindical e seu poder de negociação.

Trebor Scholz (2017) faz a seguinte indagação: “a inovação deve se resumir a lucros para poucos enquanto deixa uma força de trabalho sem proteções sociais suficientes?” A inovação é gerada pra extrair e concentrar ou para circular esse valor entre as pessoas?

Logo em seguida, o autor comenta que, inicialmente, o que parecia inovação, rapidamente multiplicou a desigualdade. Assim, Scholz (2017) demonstra certa preocupação com a digitalização do trabalho, em especial, com o que ele classifica como economia do compartilhamento, que seriam pontes digitais que se estabelecem entre as pessoas no qual pessoas oferecem serviços e outras procuram tais serviços, imbricando um extrativismo no processo de interação social, um exemplo claro dessa economia é o serviço de *uber*.

O trabalho autônomo ou temporário é uma realidade, executado por milhares de pessoas, tornando-se ainda mais invisível e sub-remunerado. Scholz (2017) questiona a flexibilidade do trabalho, ele afirma que esses trabalhadores também precisam se adaptar às agendas virtuais, ou seja, continuam dependentes de comandos externos. O cerne da questão é que nesse processo os trabalhadores estão perdendo as garantias de um vínculo empregatício asseguradas por leis trabalhistas.

Mas como propor políticas sociais voltadas a melhorar as condições de trabalho de uma grande parte da população que está inserida em um mundo globalizado e cada vez mais flexível, dependente da tecnologia e mercadologizando relações sociais e de trabalho?

Scholz (2017) é categórico ao afirmar que “não podemos mudar o que não entendemos”, portanto, faz-se necessário repensar a política social dentro de um contexto de interconexão e tecnologização, compreendendo a sociedade como um todo e as mudanças que nela ocorrem, para que se possa ter clareza e propor alternativas em busca de uma mudança estrutural e benéfica para a classe trabalhadora.

Sabe-se que as transformações na sociedade estão em constante movimento, novos conceitos e formas de análise surgem sobre as relações sociais. Nesse processo contraditório, há a centralidade no mundo de trabalho e a perda efetiva dos direitos mediante a tecnologização e precarização dessas relações. Tem-se uma política social voltada para atender o mínimo e mediar conflitos, atendendo somente as necessidades básicas e garantindo a reprodução do capital em sua forma mais perversa.

A mistificação do capitalismo mediante as novas formas de espoliação tornam-se prejudiciais à classe que não tem acesso a garantias sociais e não possuem vínculo empregatício. Portanto, as metamorfoses do capital mascaram um processo excludente de direitos e abrangente ao mercado, em que há a absorção de uma grande parcela de trabalhadores autônomos/independentes de chefia, mas nenhuma relação de trabalho formal e proteção social.

Considerações finais

As considerações aqui abordadas constituem-se em uma inquietação. Sabe-se que as transformações na sociedade estão em constante movimento, em que novos conceitos e formas de análise surgem sobre as relações sociais. Nesse processo contraditório, há a centralidade no mundo de trabalho e a perda efetiva dos direitos mediante a tecnologização e precarização dessas relações. Tem-se uma política social voltada para mediar conflitos e atender somente as

necessidades básicas, garantindo a reprodução do capital em sua forma mais perversa.

A mistificação do capitalismo mediante as novas formas de espoliação tornam-se prejudiciais à classe que não tem acesso a garantias sociais e não possuem vínculo empregatício. Portanto, as metamorfoses do capital mascaram um processo excludente de direitos e abrangente ao mercado, em que há a absorção de uma grande parcela de trabalhadores autônomos/independentes de chefia, mas nenhuma relação de trabalho formal e proteção social.

Assim, as considerações aqui abordadas não se constituem em um trabalho findado. Sabe-se que as transformações na sociedade estão em constante movimento, em que há uma mudança de ideias, que se modificam e se desenvolvem criando novos conceitos e novas formas de saber sobre as relações sociais. Assim, em um contexto dialético em que nada é absoluto ou imutável, esse estudo se propôs a se debruçar sobre essas construções e apreender sobre esse processo histórico; que não é pleno, mas, sim, transformável.

Referências

- ALBORNOZ, Suzana. O que é trabalho? São Paulo: Brasiliense (Coleção primeiros passos), 2000.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos da política social. In: Mota A. E. *et al* (orgs.) Serviço social e saúde: Formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.
- DE MASI, Domenico. O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós industrial. Tradução de Yadyr A. Figueiredo. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. Ana Elizabete Mota... [et al], (orgs). São Paulo: OPS, OMS, Ministério da Saúde, 2004.
- FALEIROS, Vicente de Paula. O trabalho da política: saúde e segurança dos trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1995.
- FLEURY, Sônia. Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.
- GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 62, São Paulo: Cortez, 2000.
- MACHADO, J. M. H. Violência no Trabalho e na Cidade: Epidemiologia da Mortalidade por Acidente de Trabalho Registrada no Município do Rio de Janeiro em 1987 e 1988. Tese, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1993.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro 1, v.1, t.1. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- _____. O capital. (Edição resumida) 7. ed. Tradução por Julian Borchadt. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1998.
- NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea, v. 4, n. 1. Vitória – Espírito Santo: Argumentum, jan./jun. 2012.
- PEREIRA, P. A.P. Política Social: temas & questões. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- PERES, M. A. C. Do Taylorismo/Fordismo à acumulação flexível Toyotista: Novos paradigmas e velhos dilemas. Faculdades Unopec, SP, 2012.

REIS, Thais Diniz. Os Sentidos do Trabalho para as diferentes gerações. Tese de Mestrado apresentado a Diretoria de Educação Continuada, Pesquisa e Extensão Mestrado Profissional em Ciência Política. Centro Universitário – Una, Belo Horizonte, 2006.

SCHOLZ, Trebor. Cooperativismo de plataforma: os perigos da uberização. Tradução: Rafael A. F. Zanatta. Editora Elefante, Autonomia Literária & Fundação Rosa Luxemburgo. 96p. 2017.

SINGER, Paul. A Formação da classe operária. 24. ed. São Paulo: Atual, 2009.

SOUZA, Cristiane Luísa Sabino de. Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina, *argumentum*, Vitória – Espírito Santo. v. 8, n. 1, p. 48-60. Jan/abr. 2016.